



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A HISTÓRIA DO BRINCAR E O APRENDER BRINCANDO: UMA PRÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Rafael Coppi Borges

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

rcborges@outlook.com

Resumo

A história se constrói nas relações humanas, ou seja, em todos os aspectos da vivência dos seres humanos a teia da história é tecida, o que significa dizer que não há história sem o homem (gênero humano) como também não existe homem sem história. Nesse contexto, o brincar e tudo que está relacionado com ele como brincadeiras e brinquedos, são percebidos como construtos histórico-culturais que, como tantos outros são passíveis de mudanças, descontinuidades ou permanências. Muitas brincadeiras e brinquedos que foram criados por civilizações muito antigas permanecem em uso até os dias atuais, é certo que, na maioria das vezes, com algumas modificações, enquanto outras dessas brincadeiras e brinquedos simplesmente desapareceram. Outro aspecto a ser analisado é o caráter pedagógico que muitos brinquedos e brincadeiras carregam e de forma sutil cumprem ou cumpriram a tarefa de inculcar nas jovens mentes muitos valores, usos, costumes e atitudes estabelecidos em uma sociedade. Observando o comportamento dos alunos de uma turma do 6º ano, nos intervalos de recreação, percebi que as brincadeiras desenvolvidas por eles eram diferentes das que eu e meus colegas costumávamos brincar quando tínhamos a mesma idade que eles têm hoje (cerca de 11 anos de idade), vi nesse fato, uma boa oportunidade de levá-los a compreender as mudanças e permanências que fazem parte da história/cultura, em um simples ato de brincar pode estar presente elementos materiais e/ou imateriais da cultura e é justamente o processo de descontinuidades/permanências sofridas por esses elementos que denominamos de “história”. Reconhecer-se como agente histórico, é sem dúvida muito importante para que o educando valorize e envolva-se cada vez mais nos estudos da disciplina escolar “História”. O brincar nos parece ter um grande contributo a dar aos professores e principalmente aos estudantes, no que se refere à facilitação da aprendizagem. Aqui, analisaremos a aplicação do Projeto “A história do brincar e o aprender brincando” realizado com a referida turma do 6º ano, e premiado com o “Prêmio Mestres da Educação” oferecido pelo Governo da Paraíba na edição de 2014.

1. Introdução

A história se constrói nas relações humanas, ou seja, em todos os aspectos da vivência dos seres humanos a teia da história é tecida, o que significa dizer que não há





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

história sem o homem (gênero humano) como também não existe homem sem história. Nesse contexto, o brincar e tudo que está relacionado com ele como brincadeiras e brinquedos, são percebidos como construtos histórico-culturais que, como tantos outros são passíveis de mudanças e permanências.

Muitas brincadeiras e brinquedos que foram criados por civilizações muito antigas permanecem em uso até os dias atuais, é certo que, com algumas poucas modificações, enquanto outras dessas brincadeiras e brinquedos simplesmente desapareceram. É possível, dessa forma, fazer com que os alunos identifiquem nas práticas cotidianas do passado em comparação com as do presente as mudanças e permanências buscando dar sentido ao que na escola estudam como o conhecimento histórico.

É comum observarmos, nos dias de hoje, crianças brincando com jogos em aparelhos eletrônicos como celular, tablet, computador, ou ainda, videogames ultramodernos, não que estes brinquedos não possam ser educativos, mas, a interação social e afetiva do “olho no olho” vai se perdendo. Percebemos então, que as brincadeiras que costumávamos realizar entre amigos vão aos poucos sendo esquecidas, dando lugar a brinquedos e brincadeiras individualistas.

Fazer com que os educandos descubram como as crianças de sua faixa etária se divertiam no passado é possibilitar uma viagem no tempo e a redescoberta do brincar em grupo, uma forma de valorizar a afetividade e a convivência social.

Nessa direção, é importante também fazer com que os estudantes conheçam formas de produzir seus próprios brinquedos utilizando-se de diversos materiais recicláveis, isto pode contribuir tanto para o divertimento dos mesmos como para a conscientização acerca da preservação ambiental.

Foi observando o comportamento dos alunos do 6º ano “B” nos intervalos de recreação, que percebi que as brincadeiras desenvolvidas por eles eram diferentes das que eu e meus colegas costumávamos brincar quando tínhamos a mesma idade que eles têm hoje (cerca de 11 anos de idade), vi neste fato, uma boa oportunidade de levá-los a compreender as mudanças e permanências que fazem parte da história/cultura dos seres humanos. Desse modo, constatamos que em um simples ato de brincar pode estar presente





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

elementos materiais e/ou imateriais da cultura e é justamente o processo de descontinuidades/permanências sofridas por esses elementos que denominamos de “história”.

Nesse contexto, reconhecer-se como agente histórico, é sem dúvida muito importante para que o educando valorize e envolva-se cada vez mais nos estudos da disciplina escolar de História. O brincar nos parece ter um grande contributo a dar aos professores e, principalmente, aos estudantes, no que se refere à facilitação da aprendizagem.

Na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, atualmente, pode-se observar a utilização do lúdico no processo educativo, mas ao sair desta fase da educação e adentrar as séries finais do Ensino Fundamental, os educandos sentem a diferença, pois, na há mais aquela figura da professora “polivalente” que passa com eles quase todo o tempo em que duram as aulas, tampouco encontrarão aquelas brincadeiras, brinquedos e jogos que costumavam utilizar. Essa situação, muitas vezes pode ser causa de desinteresse e/ou de evasão escolar.

Nesse cenário, o brincar pode, portanto, ser utilizado como estratégia de integração entre as duas referidas fases da educação escolar, propiciando o despertar do interesse dos educandos pelos conteúdos curriculares e facilitando o seu entendimento.

No caso das aulas de história, nós, professores dessa disciplina sabemos como é difícil fazer com que uma classe de alunos se interesse pelos conteúdos. É tudo muito “chato”, eles dizem, ou, “o professor fala muito”. Realmente, é muito conteúdo, muitos textos, muitas informações, mas, podemos fazer com que tudo isso se torne menos enfadonho, basta utilizarmos o brincar associado ao aprender.

2. O brincar como facilitador da aprendizagem

A História da humanidade é repleta de mudanças e/ou permanências, nos deparamos todos os dias com novas informações, novos artefatos e, até o que era muito antigo e que chega ao nosso conhecimento nos parece algo novo, segundo Magnabosco (2007, p. 27) *O brinquedo não escapa a essa história e a arqueologia registra seus rastros*





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*junto ao desenvolvimento dos diversos artefatos. A utilização de brinquedos é algo muito antigo*²⁰³.

O brincar promove não apenas divertimento, momentos de lazer, mas também, o desenvolvimento cognitivo por meio do despertar da imaginação e da criatividade, além de propiciar em muitos casos, o aprendizado de novas ideias e no caso de brincadeiras fisicamente ativas, a saúde do corpo.

As crianças, em grande parte, tem facilidade de se engajarem em brincadeiras de faz-de-conta (OLIVEIRA, 1994) e, nesse caso, pode-se dizer que se trata de uma habilidade que integra o processo de mudanças inseridas em um contexto de desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Percebe-se, portanto, a importância do brincar no desenvolvimento da criança e, a escola deve utilizar-se de estratégias que unam o aprendizado de conteúdos curriculares ao brincar, facilitando, desse modo, a construção do conhecimento por parte dos educandos.

Assim, a associação entre os conteúdos de história e o brincar pode ser uma importante ferramenta didática que se utilizada de forma correta permitirá uma maior integração dos educandos com os conhecimentos apresentados pelo professor, pelos livros e pelo convívio em sociedade.

A importância do brincar para o aprendizado das crianças (GOMES e CASTRO, 2010) é evidenciado no comportamento apresentado durante a brincadeira, momento no qual ela vai além das ações habituais de sua idade para estabelecer uma relação de proximidade com a realidade comportamental da vida adulta, como acontece, por exemplo, quando uma menina brinca com bonecas, imitando sua mãe, aprendendo, assim, como cuidar de um recém-nascido.

Diversos tipos de brincadeiras e de brinquedos podem ser utilizados como facilitadores do processo de aprendizagem e, portanto, o professor deve pesquisar e escolher os tipos de brincadeiras e de brinquedos que possibilitem à integração dos conteúdos a utilização das atividades lúdicas.

²⁰³ Magnabosco (2007, p. 27) afirma que os japoneses produziam bolas com fibras de bambu há aproximadamente 6.500 anos, já os chineses utilizavam como matéria-prima, crina de cavalos. E os romanos e gregos tinham preferência pelas tiras de couro, penas de aves e até bexiga de boi, para confeccionar esse brinquedo.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para Cordazzo e Vieira (2007)²⁰⁴, o lúdico pode contribuir para a melhoria do rendimento escolar dos educandos, que é dificultado quando há um déficit no desenvolvimento da aprendizagem em comparação com a idade cronológica do indivíduo e, sendo assim, a brincadeira pode estimular os processos cognitivos, de socialização, os aspectos físico e motor e, de aquisição e domínio da linguagem, ajudando a reverter esse quadro.

3. Um projeto de intervenção pedagógica sobre o brincar aplicado nas aulas de história

Como vemos, muitos são os tipos de brinquedos e brincadeiras que o educador pode propor aos educandos.

Sendo assim, nos propusemos a desenvolver um projeto de intervenção pedagógica que buscou inserir as teorias acerca dos benefícios do lúdico para a aprendizagem de nossos alunos, podemos destacar ainda, a importância dos jogos de trilhas que, além de serem muito apreciados pela maioria das crianças permite a combinação entre informações de caráter histórico-cultural ao ato do brincar, combinação essa que tentamos demonstrar por meio da confecção de um jogo de trilha articulado com os conteúdos da disciplina de história para o 6º ano.

3.1. Sobre os objetivos

Levar o educando a perceber as transformações socioculturais na vivência dos povos, compreendendo seu papel de sujeito histórico ativo neste processo transformador foi nosso “objetivo geral”. Quanto aos objetivos específicos, destacamos os seguintes: a) fazer com que os alunos percebam as mudanças histórico culturais, por meio da pesquisa acerca das brincadeiras e brinquedos do passado, relacionados aos atuais; b) promover aos alunos o conhecimento sobre a existência de diversas formas de brincar e de diferentes

²⁰⁴ Cordazzo e Vieira (2007, p. 9) apresentam alguns exemplos de brincadeiras e seus benefícios para a aprendizagem, dando destaque para brincadeiras que estimulam o desenvolvimento físico e motor, como nos jogos de perseguir, procurar e pegar. Já a linguagem pode ser aguçada pelas brincadeiras de roda e de adivinhar, e quanto ao aspecto social, as brincadeiras de faz de conta, jogos em grupos, jogos de mesa e as modalidades esportivas, podem ser importantes estímulos. O desenvolvimento cognitivo pode ser estimulado com a construção de brinquedos, com os jogos de mesa, de raciocínio e de estratégia.





tipos de brinquedos, utilizados no passado; c) promover o diálogo entre crianças e adultos (família, amigos, vizinhos) acerca do brincar de antes e o de hoje; d) proporcionar aos alunos a possibilidade de se produzir os próprios brinquedos com materiais recicláveis como garrafas PET, caixas de leite, latas, palitos de picolé, entre outros; e) produzir jogos educativos que proporcionem o contato entre o brincar e o aprender os conteúdos históricos.

3.2. Discutindo a metodologia

As metodologias desenvolvidas no referido projeto comungam com os ideais de Piaget e Freire, no que se refere ao construtivismo. Nesse sentido, o professor não exerce a função de transmitir conhecimentos, mas colabora com o processo de construção da aprendizagem do educando.

Percebemos que as aulas passaram a ser mais dinâmicas e participativas, devido ao maior aproveitamento de ideias e do conhecimento prévio dos educandos no tocante aos tipos de brincadeiras e de brinquedos.

Torna-se também perceptível a satisfação dos alunos ao trabalharem em sala de aula com outros recursos, como data show para apresentação de imagens e vídeos que mostram como confeccionar seus próprios brinquedos, a partir de materiais recicláveis que antes seriam jogados no lixo, o que leva também ao despertar de novas ideias, agora propostas pelos próprios educandos.

A proposta de pesquisa a respeito dos brinquedos e brincadeiras do passado levou ao envolvimento das famílias dos educandos no desenvolvimento do projeto, na medida em que os adultos (pais, avós, tios, irmãos mais velhos) foram provocados pelas crianças a informarem sobre quais brinquedos e brincadeiras costumavam utilizar na infância.

O resultado das pesquisas pode ser socializado, por meio de cartazes confeccionados pelos alunos e depois apresentados aos colegas e expostos nas paredes, para que todos na escola pudessem ver.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Por fim, a produção dos brinquedos e jogos com materiais recicláveis apresentou-se como ponto culminante do projeto, momento de materialização de tudo o que foi proposto.

Ficou claro ainda que, a interdisciplinaridade esteve presente na realização do projeto, quando se uniram as disciplinas de história e artes, além de conhecimentos linguísticos na já mencionada confecção de brinquedos. Além disso, o trabalho com materiais recicláveis permitiu certa conscientização sobre a necessidade de preservação do meio-ambiente despertando a ética socioambiental, um dos temas interdisciplinares propostos nos PCN, bem como, os conhecimentos de geometria foram provocados com a produção de retângulos, quadrados, círculos, traçados de retas e ângulos, necessários para se produzir os brinquedos e jogos, bem como a aritmética, utilizada na prática de muitos dos jogos pesquisados. Por fim, a geografia foi chamada a contribuir com o projeto, quando o conhecimento geográfico se fez necessário para situar no espaço os lugares onde determinados tipos de brinquedos e brincadeiras foram inventadas.

3.3. Sobre a avaliação

No tocante ao ato de avaliar, buscou-se privilegiar a avaliação contínua, ou seja, através do registro do desenvolvimento das habilidades dos alunos nas atividades do projeto, a assiduidade, a responsabilidade na realização das tarefas propostas no período referente às atividades do projeto, o respeito e o compromisso para com os colegas nas atividades em equipe. Ao final de processo de desenvolvimento das ações propostas, todos esses critérios foram analisados com o intuito de avaliar o desempenho dos discentes.

4. Fases do projeto: apresentação das atividades referentes ao projeto de intervenção pedagógica

Com o intuito de organizar melhor as ações do nosso projeto, dividimos as atividades em três fases que serão discutidas daqui por diante.





4.1. Primeira fase do projeto: apresentação aos alunos, proposta de pesquisa e apresentação dos resultados

O projeto “A história do brincar e o aprender brincando” foi apresentado aos alunos da turma do 6º ano “B” da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, localizada na cidade de Guarabira-PB. Na primeira fase do projeto foi apresentado o referido projeto aos alunos da já mencionada turma, os mesmos se mostraram empolgados com as ideias apresentadas, na ocasião propus uma atividade de pesquisa a ser desenvolvida pelos educandos, auxiliados pelos adultos de suas famílias, tendo como objetivo, o levantamento de informações acerca das práticas de brincar e dos brinquedos utilizados no passado, bem como, a descoberta da origem de vários brinquedos e brincadeiras utilizados até os dias atuais. Os resultados foram apresentados pelos alunos em sala de aula.



Quadro 1: Fotos dos estudantes confeccionando e apresentando cartazes contendo imagens e informações sobre brinquedos e brincadeira do passado. Fonte: arquivo pessoal do autor.





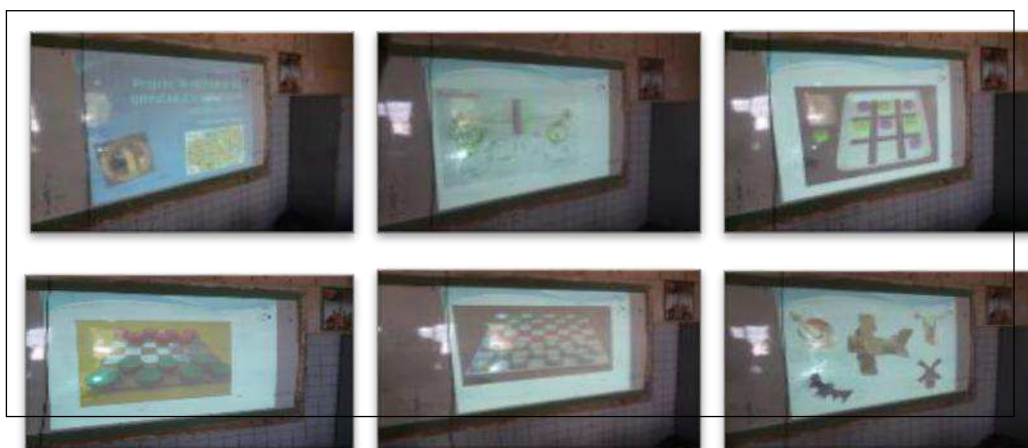
III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A turma mostrou-se bastante animada com as descobertas realizadas por meio das pesquisas. Os mais desinibidos apresentaram com certa desenvoltura, os resultados de seu trabalho aos colegas.

Essa primeira fase permitiu que os alunos interagissem com os adultos de sua família e, em alguns casos, com vizinhos. O encontro de diferentes gerações proporcionou a troca de conhecimentos, desse modo, a historicidade da vida cotidiana foi revelada.

4.2. Segunda fase do projeto: apresentação em projetor (Data Show) de imagens (fotos e vídeos) de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis

Nessa fase, foram apresentados diversos tipos de brinquedos que serviram de base para a confecção de brinquedos com materiais recicláveis. Os alunos decidiram quais brinquedos queriam produzir e a partir desta escolha souberam quais materiais deveriam conseguir. Brinquedos como *vai-vem*, feitos com garrafas PET, ônibus com caixa de papelão e com rodas de tampas de garrafas PET, telefone feito com copos plásticos e cordão, aviãozinho feito com prendedor de roupas e palitos de picolé, jogo de damas, jogo-da-velha, estes e outros estão na lista dos escolhidos.



Quadro 2: Fotos da apresentação de modelos de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis. Fonte: arquivo pessoal do autor.

As imagens apresentadas em datashow aos alunos do 6º ano “B” foram retiradas de pesquisas realizadas no Google e serviram de orientação para que os alunos pudessem





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

escolher modelos de brinquedos que seriam confeccionados ou ainda, despertar a imaginação para a criação de seus próprios modelos.

Na ocasião apresentei a turma dois vídeos. O primeiro mostrando como construir um diaboló (brinquedo muito antigo) utilizando funís de plástico, o outro ensinava produzir um ioiô tendo duas tampas de pote de azeitona. A turma mostrou surpresa com os vídeos.

4.3. Terceira fase: culminância do projeto – confecção de brinquedos com materiais recicláveis, do jogo de trilha com temas de história e exposição dos brinquedos confeccionados

Na terceira e última fase, a turma já de posse dos materiais recicláveis e com outros materiais que eu forneci puderam iniciar a produção de diversos brinquedos, que foram escolhidos por eles na fase anterior, os modelos foram novamente expostos em slides para que os educandos pudessem basear sua produção nos modelos escolhidos. Na ocasião, supervisionei e auxiliiei a turma na produção dos brinquedos.



Quadro 3: Fotos dos alunos produzindo brinquedos com materiais recicláveis. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Essa última etapa foi dividida em dois momentos, o primeiro, apresentados nas imagens do quadro 3, consolidou-se com a produção dos brinquedos, já o segundo, se deu com a produção do jogo de trilha (com temas históricos), com a exposição dos brinquedos





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

confeccionados e com a exposição oral das conclusões finais do projeto. Esse foi o ponto de culminância do projeto. No final, agradei e parabenei a turma pelo empenho e participação de todos. Na ocasião, a coordenadora pedagógica da escola assistiu ao momento de exposição dos resultados. Como forma de agradecimento e reconhecimento pela atuação da turma distribuimos lancheiras contendo pipoca e doces.



Quadro 4: Fotos dos alunos produzindo um jogo de “trilha”, brinquedos e fotos da culminância do projeto. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Considerações finais

A concretização do projeto “A história do brincar e o aprender brincando” foi, a meu ver, bastante proveitosa para a turma do 6º ano “B” da E.E.E.F. Antenor Navarro. O envolvimento dos alunos nas atividades do projeto, a alegria em descobrir novas brincadeiras (novas para eles, mas antigas em suas origens), o prazer em produzir o próprio brinquedo e ainda contribuir para preservar o meio-ambiente e, por fim, o reconhecimento da importância do cotidiano na construção do conhecimento histórico-cultural dentro e fora da escola, foi muito significativo para mim como professor e acredito que da mesma forma para os alunos.

Não é fácil colocar em prática projetos como esse, bom seria se pudessemos trabalhar sempre dessa forma, mas a realidade que vivenciamos não é esta, nós professores





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

não temos apenas uma turma e, dificilmente poderíamos realizar um projeto assim em todas as turmas que lecionamos, mas, trabalhar com projetos, apesar de desafiador, nos faz refletir sobre nossas práticas docentes cotidianas e nos estimula a nos reinventarmos como professores.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Brasília, 1997.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. Estudos e pesquisas em psicologia, uerj, rj, v. 7, n. 1, p. 92-104, abr. 2007

Disponível em: www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a09.pdf

GOMES, Tiago Pereira; CASTRO, Genivaldo Macário de. **Brincar e desenvolvimento infantil: uma análise reflexiva**. UFPI, 2010.

Disponível em: www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT_08_04_2010.pdf

MAGNABOSCO, Milton. **Criança, brinquedo e tecnologia: uma relação delicada**. Curitiba, UTEP, 2007.

Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/dcriancabrinqtec.pdf

OLIVEIRA, Ana Maria Faraco de. **A modernidade, a infância e o brincar**. Revista Perspectiva. UFSC. v. 12, n. 22 (1994)

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/581/showToc>





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“SÓ TEM DOENÇAS VENÉREAS QUEM QUÉR”: EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CONSELHOS MÉDICO-PEDAGÓGICOS NO COMBATE À SÍFILIS NA PARAÍBA (1921-1940)

Rafael Nóbrega Araújo

(Mestrando, PPGH/UFCG)

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior

(UFRN)

Resumo: O presente artigo analisa os discursos medico-pedagógicos como práticas educativas da saúde e da doença a partir do modelo de educação sanitária na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. A sífilis, devido ao seu pretense caráter hereditário, preocupou os médicos paraibanos que elaboraram discursos, proferiram conferências, palestras sanitárias e divulgaram conselhos impressos nos periódicos da época com vistas a educar a população paraibana a se proteger diante do perigo do contágio venéreo. A organização de um Serviço de Profilaxia Antivenérea na Paraíba como parte de um contexto maior de luta antivenérea no Brasil, significou uma ampliação na assistência médica aos doentes com sífilis, em específico, aos trabalhadores pobres a partir da disciplinarização e docilização dos corpos para torná-los aptos para o trabalho, quer seja por meio da assistência saúde nos dispensários ou da educação sanitária que caracterizou fortemente o modelo de intervenção médica no período. O artigo se estrutura metodologicamente a partir de uma análise do discurso de modo a problematizar como tais discursos foram enunciados e com quais intencionalidades. Segundo Michel Foucault (2012), o discurso também é uma realidade, pois seu uso modifica as percepções e sensações, nesse sentido, partimos do pressuposto de que tais discursos médicos se configuraram como práticas educativas do corpo, da saúde e das doenças.

Palavras-chave: Sífilis. Práticas Educativas do Corpo. Educação Sanitária. Discurso Médico.

Introdução

No contexto da década de 1920, o Brasil vivia sob os auspícios do movimento sanitarista, caracterizado pelo interesse de integrar através do saneamento, os “sertões” e o homem sertanejo relegados ao abandono do poder público e às doenças endêmicas que afetavam grande parte da população do interior no Brasil. Como tributário desse





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

movimento, foi criado em 1920 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), por força do Decreto nº 3.987 que reorganizava os serviços de Saúde Pública, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o objetivo de se tornar o órgão federal mais importante da área de saúde (BRASIL, 1920a; HOCHMAN, 1998).

A atuação do DNSP inaugurou uma nova etapa do desdobramento de políticas públicas em proveito da saúde e do saneamento no Brasil, pois sinalizou para a ampliação e centralização da gestão desses serviços por parte da União, que passava a gerir e regular estes serviços a nível federal (HOCHMAN, 1998). O Decreto previa que fossem estabelecidos acordos entre a União e os estados, no sentido de facilitar a execução dos serviços de higiene no combate às endemias rurais e urbanas (BRASIL, 1920a). A Paraíba aderiu ao acordo com o DNSP em 13 de dezembro de 1920. Os termos do contrato obrigavam o governo do estado a prover, dentre outras coisas, “[...] todas as medidas necessárias à prophylaxia da lepra e das doenças venéreas” (*A União*, 26 jan. 1921). Ainda em 1920, o presidente Epitácio Pessoa regulamentou o DNSP por meio do Decreto nº 14.354 de 20 de setembro de 1920. O referido Decreto criou a Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV), cuja chefia ficou a cargo do renomado sifilógrafo brasileiro Eduardo Rabello²⁰⁵, responsável por organizar e encampar a luta antivenérea contra sífilis²⁰⁶ em todo território nacional.

Segundo Sérgio Carrara (1996), que analisou os embates e disputas em torno da legislação e os termos que nortearam o combate às doenças venéreas no Brasil, os princípios que guiaram a luta antivenérea no território nacional defendiam a disseminação da educação sanitária, sustentando que seria possível divulgação de uma série de medidas profiláticas, como técnicas de prevenção contra a transmissão da sífilis por meio do uso de pomadas e soluções desinfectantes após as relações sexuais. De acordo com Carrara (1996, p. 220), a base da profilaxia proposta pela legislação da IPLDV se assentava sobre dois pilares, a saber “[...] uma ampla **campanha de propaganda e educação higiênica**

²⁰⁵ Eduardo Rabello (1867-1940), foi um médico higienista e sifilógrafo brasileiro de prestígio acadêmico, nacional e internacional pelo trabalho desenvolvido no campo da sifilografia e dermatologia. Doutorou-se pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, em 1903, com a tese “Hematologia da anquilostimíase”.

²⁰⁶ Doença secular caracterizada como uma infecção sistêmica que tem como agente etiológico a bactéria *Treponema pallidum*, sendo transmitida sexualmente ou de forma congênita.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(individual e coletiva) e o **tratamento profilático dos doentes** (o mais generalizado possível) em dispensários e hospitais especializados” (grifos no original).

Em consonância com o acordo firmado entre o estado da Paraíba e a União, foi inaugurado em 20 de dezembro de 1921 o primeiro dispensário antivenéreo da Paraíba, batizado de “Eduardo Rabello” numa alusão ao anteriormente citado sifilógrafo brasileiro. A inauguração desse serviço sanitário demarcou uma significativa mudança com relação ao combate à endemia da sífilis nesse estado, uma vez que não existia até então instituição *específica* responsável pela profilaxia das doenças venéreas. Anteriormente a esse acontecimento, os doentes sifilíticos eram socorridos junto a enfermos acometidos por outras doenças nas enfermarias superlotadas do Hospital Santa Isabel, mantido pela Santa Casa de Misericórdia (ARAÚJO, 2016). Na ausência de um serviço de saúde eficaz para combater a sífilis, aqueles que podiam pagar iam encontrar tratamento com médicos particulares mediante a aplicação de neosalvarsan²⁰⁷ (SÁ, 1999).

O modelo de medicina social ensejado pelo serviço sanitário federal executado em terras paraibanas, foi instrumentalizado pelos médicos paraibanos por meio da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, que começou a atuar no estado a partir de 12 de maio de 1921, no sentido de “Divulgar uma nova forma de conduzir a higiene pública”, que buscou “[...] acima de tudo, conscientizar a população por meio de uma educação hígida” (SOARES JÚNIOR, 2016, p. 162). Educar higienicamente a população desse estado com base nos preceitos do sanitarismo, foi a tônica da atuação dos médicos com vistas ao combate às doenças endêmicas na Paraíba.

Assim, nosso objetivo no presente texto é analisar os discursos medico-pedagógicos como práticas educativas da saúde e da doença a partir do modelo de educação sanitária na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Instrumentalizando o arcabouço teórico-metodológico fornecido por Michel Foucault (2012) para uma análise do discurso, problematizamos como foram elaborados os enunciados médicos sobre a sífilis e quais as suas intencionalidades dentro daquele contexto histórico.

²⁰⁷ Preparado químico feito à base de arsenobenzóis, altamente tóxico, desenvolvido na Alemanha em 1909 pela equipe dos médicos Ehrlich e Hirata, que foi apresentado com a promessa de ser um medicamento específico para destruir o *T. pallidum* (CARRARA, 1996).





Conselhos de educação sanitária contra a “doença vergonhosa”

O médico paraibano Oscar de Oliveira Castro em discurso proferido em maio de 1927 por ocasião da Semana Médica, um evento científico que reuniu a classe médica paraibana em torno da discussão de temas como eugenia, saúde pública e considerações sobre as doenças que afetavam a população paraibana, afirmou que a sífilis, “[...] em sua cruel missão ceifadôra de vidas”, embora estivesse “[...] no primeiro plano das doenças evitáveis, e que seja ella uma das sérias preocupações do Departamento Nacional de Saúde Pública, pode-se constatar que, por maiores que sejam os resultados já obtidos, que muito ainda temos por fazer” (CASTRO, 1927, p. XV). Mas qual seria a razão disso? O médico higienista explicou que a principal dificuldade para obter melhores resultados quanto ao combate da sífilis era a “ignorância do povo”, pois “O principal obstáculo oferecido pela população á acção dos poderes públicos reside na ignorância dos seus perigos e no preconceito da doença vergonhosa” (CASTRO, 1927, p. XV).

A sífilis, como esclareceu Susan Sontag (2007), dentre todas enfermidades sociais ao menos não era misteriosa, uma vez que era a consequência em geral de contrair o flagelo era de fazer sexo com um portador da doença. Desse modo, em seu papel de flagelo a sífilis implicava um julgamento moral quer sobre uma vida sexualmente imoderada e promíscua, quer sobre a prostituição (SONTAG, 2007, p. 38-39). Carregada de uma conotação moral, a doença era revestida de vergonha e pudor, o que levaria, segundo o médico, a população a não procurar os serviços sanitários. Aliado a isso, o desconhecimento dos meios de profilaxia e higiene do sexual do corpo por parte da população leiga em geral possibilitariam a sífilis se propagar de forma quase irrefreável.

Alguns periódicos paraibanos da época alertavam para a ameaça da disseminação da sífilis devido ao crescimento da prostituição, sobretudo, na cidade da Parahyba do Norte, a capital do estado, “[...] onde o meretrício tanto se tem desenvolvido nestes últimos tempos” (*Era Nova*, 01 jun. 1924). Para o advogado e político paraibano José Américo de Almeida, a morbidez da sífilis era reconhecida em determinados pontos do estado, segundo dizia “[...] as doenças venéreas dizimavam, originalmente, a população





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

litorânea”, pois que a “[...] escassez de prostíbulos preservava o interior desse flagelo” (ALMEIDA, 1980, p. 460). O presidente do estado, Solon de Lucena (1920-1924), líder político da oligarquia epitacista na Paraíba e responsável pelo acordo firmado com a União para a execução dos serviços sanitários, afirmou em seu Relatório de Governo apresentado à Assembleia Legislativa em 01 de setembro de 1921 que a sífilis era um mal combatido “[...] entre os povos mais adiantados, devido á desgraça inevitável da prostituição clandestina, se opulenta em nossas cidades e aldeias, pelo desconhecimento das noções rudimentares de hygiene” (LUCENA, 1921, p. 28-29).

Solon de Lucena atribuía o problema da sífilis à opulência da prostituição nas cidades e aldeias paraibanas, no entanto, também chamava atenção para outra questão: o desconhecimento das noções de higiene por parte da população. Educar higienicamente era uma preocupação das autoridades sanitárias, uma vez que se constituía num dos pilares sobre os quais se assentava a ação profilática de combate à sífilis e doenças venéreas. A sífilis, sobretudo, pois como reconhecia o presidente do estado, essa doença era “mais lenta nos seus efeitos letaes, dissimulada no seu período inicial, mal conhecida a olhos inexpertos no período secundário” (LUCENA, 1921, p. 28).

O mal poderia estar oculto não somente nos beijos e prazeres da prostituta do bordel mais próximo, mas também em atos cotidianos e aparentemente desprovidos de qualquer perigo como a amamentação. O médico José Maciel narrou nas páginas da revista *Era Nova*, o caso de uma mãe que “[...] amamentando o filho da vizinha, que era uma syphilitica completa e de cujas mazelas já participava a creança, se havia infeccionada na mama e pela mesma as transmitindo ao seu inocente filhinho que nascêra absolutamente sadio” (*Era Nova*, 15 jun. 1922).

Situações como a acima descrita eram utilizadas como elemento retórico de modo a fomentar medo na população diante do flagelo da sífilis. O documento informa que a contaminação pela sífilis estava para além do estereótipo vinculado a prostituição. Com efeito, urgia a necessidade de empreender uma educação sanitária para a população e ensinar as maneiras de se prevenir contra o perigo venéreo. Essa missão saneadora seria entregue ao profissional da medicina, uma vez que conforme afirmou André de Faria Pereira Neto (1995), para legitimar o seu papel na sociedade, a classe médica precisava





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

convencer de que apenas o médico “[...] teria condições de solucionar satisfatoriamente os problemas de saúde e doença do cidadão” (PEREIRA NETO, 1995, p. 608).

Assim, no plano de ação sanitária, muitos médicos estabeleceram como diretriz para melhorar a condição de saúde da população paraibana a educação sanitária. O dr. Antônio Peryassú, quando assumiu o cargo de chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, esboçou um programa de ação que estava alicerçado numa “tenaz propaganda higienica contra a tuberculose, a opilação, malária, doenças venéreas, fazendo conferências ou publicando, pela imprensa uns conselhos” (*A União*, 05 mai. 1923). A mesma estratégia foi adotada por outros médicos que estiveram à frente do serviço sanitário federal na Paraíba, como é o caso do dr. Walfredo Guedes Pereira, que informou em Relatório apresentado ao DNSP e publicado pelo jornal *A União*, que em 1926 o Serviço de Saneamento Rural da Paraíba havia realizado 122 conferências em escolas, fábricas e postos, afixou cartazes sobre “[...] impaludismo, helminthoses, lepra, doenças venéreas e tuberculose” e distribuiu cerca de 1.335 folhetos educativos sobre os mesmos tema. O chefe da CSPRP alimentava a esperança de que a educação sanitária seria “o factor primordial da defesa sanitária do povo” (*A União*, 20 mar. 1927).

O médico sanitarista Flávio Maroja, responsável pelo Serviço de Educação e Propaganda Sanitária, reconhecia que “Não é tarefa fácil incutir no espírito da nossa gente, arraigada a uns tantos hábitos condemnáveis, que vem de longe, que se originaram no berço, a ideia de “consciência sanitária” (MAROJA, 1927, p. 9). O dr. Flavio Maroja assumia a importância da educação sanitária, pois seria uma das formas de se fazer a profilaxia das doenças venéreas e segundo o pensamento do médico, facilmente evitáveis. No que se refere as doenças venéreas, afirmou que não se deveriam contestar que

[...] essas palestras assumem real importância, quando proferidas, nas fábricas, nas oficinas, nos quartéis, nas sociedades particulares, em núcleos operários, nos meios collectivos, emfim, *sem a presença de creanças*, onde certos assumptos, como o das doenças venéreas á frente, podem ser tratados livremente, sem rodeios e sem palavras e phrases veladas (MAROJA, 1927, p. 11. Grifos meus).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Flávio Maroja defendia uma educação sanitária voltada os adultos que frequentassem os espaços públicos, sobretudo, aquele dedicado ao labor. A plateia era na sua maioria composta de homens trabalhadores pobres. Era preciso cuidar da saúde do trabalhador, ensinando-o a se prevenir de doenças, sobretudo, aquelas reconhecidas pelo seu pretense caráter hereditário como a sífilis, pois degeneraria o trabalhador do futuro, uma vez que a educação higiênica da população “passava por métodos e técnicas que operavam demonstrações ao convencimento das vantagens dos hábitos higiênicos” (MARQUES, 1994, p. 117).

Vera Regina Marques Beltrão (1994, p. 118), argumentou que a proposta de uma educação sanitária era pautada pelo princípio de que “[...] aos adultos não caberia educar, mas instruir”. Esse modelo de educação sanitária se inseria em uma estratégia de gerenciamento populacional centrada na concepção do “corpo-máquina”, o corpo suscetível a ser moldado, esculpado, tornado saudável e apto para os processos produtivos. A educação higiênica, por meio de palestras ou propaganda sanitária, almejou transvestir profilaticamente os hábitos dos trabalhadores e suas famílias através da “higienização normalizadora”, moldados ao projeto civilizatório que se pretendia para a Paraíba como parte da construção da nação brasileira.

Disciplinar o corpo para se livrar das doenças por meio da educação sanitária não se limitava a orientá-lo pela cabeça, mas sim para o bem-estar da saúde, levando-se em conta uma higiene corporal, o cuidado com os alimentos, bebidas, ares, exercícios, em suma, educar higienicamente representava a imagem do funcionamento do organismo sob o signo da saúde. Um elemento importante para as pretensões sanitaristas de curar o Brasil e o brasileiro. Com efeito, conselhos sobre como executar uma boa higiene após o ato sexual eram divulgados na imprensa de modo a orientar o público leitor sobre como evitar o contágio da sífilis. O uso de soluções antissépticas era incentivado como, por exemplo:

[...] o permanganato de potássio, o oxy-vianeto de mercúrio, o sublimato corrosivo e outros, em uma solução de 1 por 1.000, para toilet individual, logo após o congresso sexual, obtendo-se, indiscutivelmente, pela ação mechanical e chimica do liquido em apreço, uma bôa desinfecção do aparelho eliminador da urina. As pomadas que se encontram á venda no commercio, á base de tymol, oxy-cianeto de mercúrio e lanolina, são recomendáveis como prophylaticos





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

venéreos, se bem que não mereçam uma confiança absoluta (*A União*, 13 jun. 1936).

O conhecimento de tais medidas, pautados pelos preceitos higienistas e divulgados pela imprensa, eram vistas como práticas de alto valor profilático e quando empregado contra o mal, teria “[...] muito mais valor, incontestavelmente, para o público leigo, [...] do que a noção incompleta do tratamento aplicável a tais casos” (*A União*, 13 jun. 1936). Os discursos sanitaristas sustentavam que tais medidas higiênicas, quando colocadas ao alcance de todos, como se vinha empenhando em fazer, poderia prevenir das mais temíveis doenças venéreas, como: “[...] a syphilis, a blenorragia, o cancro venéreo simples, etc., e evitam-se sentimentos dos mais atrozes, de consequências muitas vezes funestas, e com serias repercussões sobre o factor moral, social e financeiro (*A União*, 13 jun. 1936).

Os doentes acometidos pela sífilis e outras doenças venéreas seriam atendidos nos dispensários antivenéreos²⁰⁸, espaço terapêutico onde “[...] os indivíduos matriculados depois do exame clínico, são submetidos a um tratamento completo, obtendo quase sempre uma melhora sensível e a cura de lesões de várias naturezas”. O tratamento dos sífilíticos no dispensário consistia no “[...] emprego de uma ou outra série de preparados arsenicais, de bismutho ou mercúrio [...] até o reestabelecimento do doente assegurado pelo médico e pela Warsserman²⁰⁹ (*Era Nova*, 01 jun. 1924). No entanto, havia resistências, pois, muitos doentes abandonavam o tratamento (*Era Nova*, 26 mar. 1922). Nesse caso, os doentes passariam a receber visitas domiciliares, que eram feitas por médicos ou enfermeiras, na tentativa de dissuadir os doentes ou *suspeitos* de estarem enfermos a procurar os hospitais ou dispensários para fazer o tratamento (CARRARA, 1996). Do dispensário à casa, da casa ao trabalho, o discurso médico-pedagógico se pretendia presente para disseminar conselhos higiênicos, panfletos educativos, para instruir higienicamente o trabalhador pobre no sentido de formar corpos saudáveis. Tratava-se de uma vigilância para disciplinar o doente e transformar suas condições de saúde.

²⁰⁸ Com base nos dados levantados pela pesquisa, na Paraíba foram instalados quatro postos antivenéreos: O *Dispensário Eduardo Rabello*, na cidade Parahyba do Norte (20/12/1921); o *Dispensário Silva Araújo* em Cabedelo (29/09/1923); o *Dispensário Leitão da Cunha* em Campina Grande (16/12/1923) e o *Dispensário Antivenéreo* de Mamanguape (15/09/1924).

²⁰⁹ Teste sorológico desenvolvido em 1906 pelo médico alemão August Paul von Wassermann e sua equipe, capaz de detectar alterações sanguíneas provocadas pela presença do *T. pallidum*.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No entanto, ao longo de quase uma década de atividades desse serviço sanitário, pouco havia se alterado a situação da sífilis na Paraíba. Em discurso publicado no jornal *A União* em 1930, o médico Newton Lacerda alertava para o reconhecimento de que “[...] a saúde da população de João Pessoa e arredores é principalmente agredida pela syphilis e doenças venéreas” (*A União*, 21 nov. 1930). O mesmo diagnóstico feito no início da década anterior. O problema segundo este clínico, seria o modo como estavam sendo conduzidas a profilaxia da sífilis e outras doenças venéreas, urgindo a necessidade de “[...] uma profilaxia colectiva verdadeira e não assistência individual como se tem feito até agora” (*A União*, 21 nov. 1930). No entendimento do dr. Newton Lacerda, “[...] relativamente á prophylaxia das doenças venéreas e syphiliticas o que temos executado é insuficiente, dispendioso e pouco scientifico”. Para o médico, de pouco valia no combate às doenças venéreas a profilaxia medicamentosa, uma vez que ele considerava que era “[...] feita isoladamente, sem extinção dos focos de infecção e sem medidas para evitar o contágio da doença” (*A União*, 21 nov. 1930). O discurso dr. Lacerda é sintomático do contexto maior em relação as críticas que vinham sendo dirigidas ao modelo de profilaxia da sífilis e doenças venéreas que até então eram adotadas a nível nacional.

Segundo Sérgio Carrara (1996), a década de 1930 vai ser marcada por um contexto de críticas relativas à profilaxia pautada na educação higiênica e no tratamento individual. Considerada demasiado “branda” e “liberal”, a legislação que organizava a luta contra a sífilis e doenças venéreas não incluía o exame, a notificação e a hospitalização obrigatória, bem como não procurava instituir a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, que deveria apenas ser incentivado por meios persuasivos (CARRARA, 1996, p. 96). Tais críticas coincidiram com o fim da IPLDV em 1934, que “[...] no bojo da reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública empreendida pelo governo Vargas, a inspetoria seria finalmente extinta” (CARRARA, 1996, p. 229).

Na Paraíba, contudo, continuou a funcionar o serviço de “Prophylaxia da Syphilis, Doenças Venéreas e Lepra”. Por força da Lei nº 54 de 31 de dezembro de 1935, sancionada num contexto em que o ministro Gustavo Capanema propôs uma reforma sanitária a nível nacional orientada pelos ideais da política varguista para a formação de um novo homem e uma nova nação (BATISTA, 2017), o então interventor federal





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Argemiro de Figueiredo reformou os serviços sanitários na Paraíba, que passariam a ser executados pela Diretoria Geral de Saúde Pública, sob a direção do dr. Otávio Oliveira, sendo o referido Serviço de Profilaxia da Sífilis, Doenças Venéreas e Lepra posto a funcionar no Centro de Saúde de João Pessoa. Mediante essa Lei, todos os serviços sanitários executados na capital, com exceção dos serviços hospitalares foram centralizados numa só instalação, que constituía o Centro de Saúde de João Pessoa (*A União*, 09 jan. 1936).

A reforma empreendida no governo Argemiro de Figueiredo, continuou dando ênfase a propaganda e educação sanitária em seu plano de ação. No ano de 1936 “[...] até o fim de julho, a Directoria Geral de Saúde Pública já divulgou pela imprensa 20 artigos e notícias originais e já distribuiu 7.017 folhetos” (*A União*, 28 ago. 1936). A grande novidade, no entanto, ficava por parte da sífilis, “[...] sendo de notar que agora o mesmo governo acaba de instalar um serviço de grande alcance social, o dispensário antivenerio nocturno onde se tratam os operários que de dia ganham o pão, talvez o único do país²¹⁰” (*A União*, 25 jan. 1938).

O interesse da instalação de um Posto Antivenéreo Noturno para a execução da profilaxia da sífilis e das doenças venéreas, residia justamente no fato de que os trabalhadores que “de dia ganham o pão” poderiam procurar o tratamento contra as afecções venéreas à noite. Assim, o jornal *A União* anunciava em suas páginas que “Só tem doenças venéreas quem quer. Vá ao Dispensário Noturno Anti-venereo” (*A União*, 27 jun. 1939). Lembrando possivelmente a famosa frase de Oswaldo Cruz de que “só tem varíola quem quer”, proferida em um contexto no qual este médico empreendeu uma intensa campanha pela vacinação antivariólica no Rio de Janeiro, a retórica médica presente no anúncio do serviço sanitário possivelmente considerava que diante da possibilidade do trabalhador tratar de sua “doença vergonhosa” à noite, não perdendo o dia de trabalho, não teria escusas em procurar o tratamento médico no dispensário.

²¹⁰ A afirmação feita pelo jornal, de que este seria o único serviço de profilaxia noturna antivenérea, é equivocada. Ricardo dos Santos Bastista (2017, p 181), ao analisar o combate a sífilis e os impactos da reforma sanitária na Bahia, demonstrou que em 1936 já se organizava naquele estado um serviço noturno antivenéreo.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Entre janeiro de 1939 e agosto de 1940, o movimento no Dispensário Noturno Antivenéreo registrou a matrícula de 591 pessoas submetidas a exames sorológicos para atestar a presença ou não do *T. pallidum* em seu sangue. Destes, 329 manifestaram a reação positiva para a sífilis. Nessa amostragem, a maioria dos sífilíticos (84), representando 14,2% do total, eram operários. Tal dado, pode vir a revelar a confluência de trabalhadores pobres que procuravam o serviço, mostrando o caráter disciplinador do poder-saber médico na busca por torná-los corpos saudáveis, aptos ao trabalho. No entanto, para lamento dos médicos, acontecia que “[...] a grande maioria dos que se submetem ao tratamento anti-sifilítico é que abandona o serviço” (A *União*, 22 set. 1940).

Considerações finais

Diante da documentação levantada, percebemos como a doença foi significada pelo discurso médico como um problema sanitário que ameaçaria a saúde do trabalhador e, portanto, um ideal de trabalhador saudável, higiênico. Concluímos que a presença constante de discursos publicados na imprensa paraibana como forma de educação higiênica, indicam práticas educativas do corpo, com o intuito de informar e alertar a população leitora, para os perigos da falta de higiene sexual e das doenças venéreas.

Referências

- ARAÚJO, Silvera Vieira. *Entre o Poder e a Ciência: História das Instituições de Saúde e de Higiene na Paraíba, na Primeira República (1889-1930)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BASTISTA, Ricardo dos Santos. *Sífilis e Reforma da Saúde na Bahia (1920-1945)*. Salvador: EDUNEB, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, seção 1, 08 jan. 1920a, p. 437.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- CASTRO, Oscar de Oliveira. Sessão Inaugural da Semana Médica. In: *Semana Médica*. Realizada sob o patrocínio da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Imprensa Oficial: Parahyba do Norte, 1927.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, 1998, vol.5, pp.217-235.
- LUCENA, Solon. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba Solon de Lucena*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1921.
- MAROJA, Flávio. Educação sanitária. In: *Semana Médica*. Realizada sob o patrocínio da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- PEREIRA NETO, André de Faria. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 11. n. 4. Rio de Janeiro, 1995.
- SÁ, Lenilde D. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Hygiene Pública, 1985 a 1918*. 1999. 291 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. 2 ed. Rio de Janeiro: AMC Guedes, 2016.
- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora. Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

